



FILIAIS E AGÊNCIAS DO BNU

- Agência do BNU em Bissau-

A implementação da presença do Banco Nacional Ultramarino em Bissau, na antiga Guiné portuguesa – a última instalação nas colónias portuguesas em África –, foi plena de incertezas, avanços e recuos, para culminar na edificação de uma das filiais mais remotas para gerir, na colónia que mais tardiamente se começou a desenvolver.

Os cerca de 36.000 km² da Guiné portuguesa foram, até finais do século XIX, geridos administrativamente pelo governador colonial de Cabo Verde, sediado na cidade da Praia. Nessa altura, o BNU tinha instalado nesta cidade a sua filial de Santiago desde 1865 – a segunda dependência ultramarina do banco.

Em relação ao território da Guiné portuguesa, o seu povoamento e colonização assentou no estabelecimento de feitorias litorais. A segunda dessas feitorias a ser criada foi na povoação de Bissau a 16 de outubro de 1696. O estabelecimento desta localidade no estuário do rio Geba teve como base os esforços da empresa mercantilista, a Companhia de Cacheu e de Cabo Verde.

Essencialmente agrícola, um dos principais produtos da colónia era a mancarra e outras oleaginosas, cujas primeiras exportações registaram-se no ano de 1846, saídas do porto de Bissau. Esta povoação começava a afirmar-se como a mais desenvolvida na Guiné portuguesa, de tal maneira que foi elevada a vila a 29 de abril de 1858.

Apesar da importância de Bissau na Guiné portuguesa, a primeira dependência do BNU nesta colónia foi estabelecida na povoação de Bolama, na ilha homónima a sul daquela. Tal deveu-se ao facto de Bolama ter sido a primeira capital colonial da 'Província autónoma da Guiné portuguesa' – autonomizada de Cabo Verde pelo Decreto de 18 de Março de 1879. Os motivos protocolares que levaram Portugal a optar por esta escolha, deveu-se ao facto desta região meridional da colónia ter sido cobiçada por outra potência colonial na região, o Reino Unido, opção que decorreu da necessidade de afirmar a soberania portuguesa em Bolama e nos territórios limítrofes.

Assim sendo, o BNU inaugurou, em 1902, a agência em Bolama. Esta foi aberta com dois empregados e o gerente, João Baltazar Moreira Júnior. A instalação desta agência resultou do contrato assinado entre o Estado português e o BNU a 30 de novembro de 1901¹. Este prorrogava o privilégio para a emissão de notas para o Ultramar português. Adicionalmente, foi determinado que o

¹ *Diário do Governo n.º 5*, de 8 de Janeiro de 1902.



banco teria de instalar novas caixas-filiais e agências ultramarinas – sendo que, no caso da Guiné portuguesa, a mesma teria de ser constituída no prazo de seis meses.

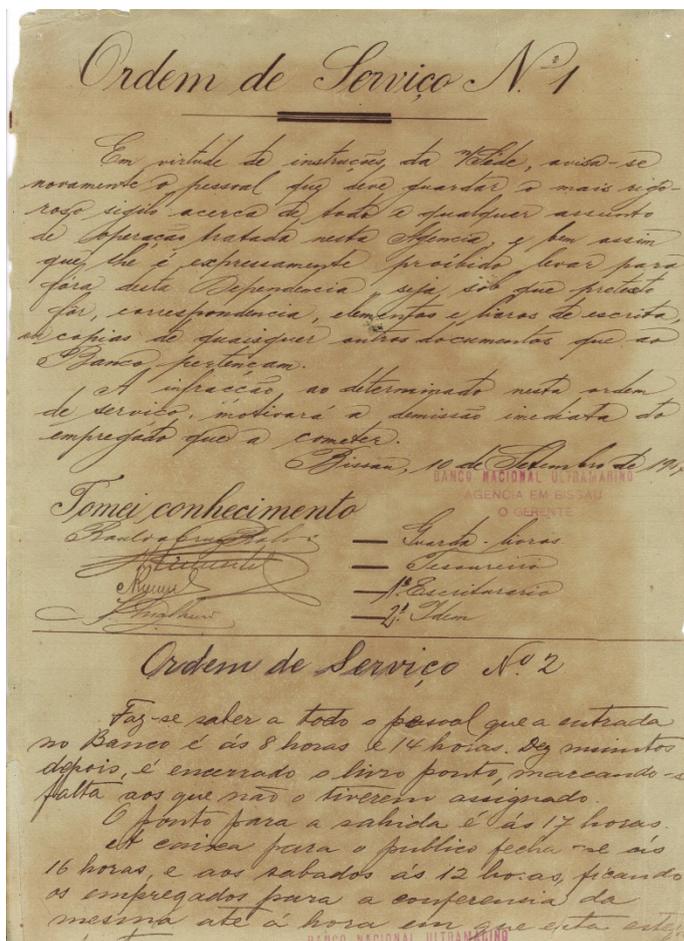
Na primeira década do século XX, a colónia continuava a apresentar um lento progresso económico. Assente na produção agrícola e com presença reduzida de indústrias, esta realidade económica, segundo relatórios da época, era agravada pelas esporádicas revoltas das populações, principalmente as sediadas no interior do território mas também nos aldeamentos limítrofes às povoações de maior densidade de Bissau e Cacheu. Aliado a este facto, juntava-se a questão da parca salubridade que algumas localidades guineenses apresentavam, como era o caso da capital Bolama. Esta instabilidade social foi revertida com as denominadas ‘Campanhas de Pacificação’ que, entre março de 1913 e julho de 1915, através de sucessivas expedições militares lideradas pelo capitão João Teixeira Pinto, impuseram a punição e submissão das povoações e populações rebeldes. Com a paz instituída, começaram a ser introduzidas na colónia importantes infraestruturas para o seu desenvolvimento: estradas, telégrafos e o desenvolvimento dos portos marítimos e fluviais existentes.

Neste contexto de paz social, o BNU procedeu à inauguração da dependência na cidade² de Bissau, a 14 de junho de 1917. O intervalo de tempo entre a inauguração da primeira agência e a de Bissau revela o reduzido, e pouco desenvolvido, comércio na Guiné portuguesa. A instalação desta dependência veio responder às necessidades que se vinham manifestando da parte das associações empresariais sediadas em Bissau, que repetidamente se queixavam dos transtornos que lhe eram causados, devido à dificuldade e morosidade de transporte para Bolama a fim de tratarem dos seus assuntos financeiros junto do BNU. Para tal, teve manifesta intervenção o antigo gerente da filial de Bolama, João Moreira Júnior, que fez chegar esse interesse junto da administração do banco e salientou a importância da abertura de uma agência numa cidade mais comercial, como era Bissau no início do séc. XX.

A agência do BNU em Bissau foi instalada inicialmente num edifício arrendado a uma sociedade imobiliária francesa, Établissements Salagna. Para o serviço foram nomeados quatro funcionários: o anterior gerente da filial em Bolama, João Moreira Júnior, que passou a gerente na agência em Bissau, o guarda-livros, Raul da Costa Rolão, o tesoureiro, José da Costa Malheiro e o escriturário, Carlos A. P. Nunes.

Esta agência teve, inicialmente, algumas dificuldades na estabilização do seu quadro de pessoal, devido ao facto de, como atrás se referiu, de esta ser, das colónias africanas portuguesas, a menos desenvolvida no início do século XX.

² Bissau foi elevada a cidade a 4 de agosto de 1914, em conjunto com a vila de Bolama.



1 – Ordem de Serviço n.º 1 da agência do BNU em Bissau (10-09-1917)

Essa condição tornava esta agência pouco apetecível para que os funcionários do banco em Portugal, se quisessem deslocar-se para a Guiné devido a contingências várias que preocupavam os funcionários recorrentemente: a dificuldade em arrendar habitação devido à escassa oferta na localidade, as epidemias (variola e malária eram as mais reportadas) que surgiam frequentemente e às quais os europeus eram mais suscetíveis, a sensação de isolamento face às restantes colónias, a título de exemplo, é o caso dos primeiros anos depois da abertura da agência de Bissau, a única ligação marítima com Lisboa ser realizada de quatro em quatro meses



2 – Primeiras instalações do BNU em Bissau (c. jun 1917)

Uma das primeiras aquisições da nova agência foi a de um gerador mecânico, de modo a esta ficar provida de luz elétrica, uma vez que esta ainda não era de fornecimento geral na cidade de Bissau.

Em abril de 1918, o segundo gerente nomeado para a agência de Bissau, Raul da Costa Rolão, começou a desenvolver esforços no sentido de se construir um edifício próprio para o BNU. Tal medida decorria, não somente por finalidades de poupança, mas também devido aos prazos do contrato de arrendamento serem reduzidos – tinham sido prorrogados pelo gerente até 31 de março de 1921. Para além disso, a qualidade de construção do edifício era medíocre devido à fragilidade dos seus caboucos e constantes infiltrações na época das chuvas.



No dia 16 de fevereiro de 1920, foi lançada a primeira pedra do futuro edifício da agência do BNU em Bissau. Esta construção foi erguida no decurso de dois anos aproximadamente, ficava no lote adquirido na Avenida da República³ onde o banco permaneceu até terminar as suas operações na Guiné.



3 – Edifício do BNU Bissau no cruzamento da Av. da República e R. Sargento Moens (c. 1960)

Os materiais de construção seriam, conforme inicialmente previsto, encomendados em Lisboa, devido à impossibilidade de aquisição de tijolo na Guiné portuguesa. No entanto, em abril de 1919 (antes do início das obras e quando estas foram orçamentadas), o seu custo de aquisição e transporte foi considerado demasiado elevado pela administração do banco, que reclamava do facto de aqueles terem tido um aumento de cerca de 40% no último ano, possivelmente, como consequência da I Guerra Mundial.

Foi equacionada a possibilidade de se adiar o início da construção do edifício para uma altura em que os preços estivessem mais propícios, mas o gerente da agência advertiu para o eminente fim do prazo de arrendamento. Com isso em consideração, avançou-se para a alternativa da se construir primeiramente o edifício da agência, sendo que as casas dos empregados do banco e os armazéns para os produtos agrícolas projetados foram protelados. Para contornar a questão dos materiais de construção, optou-se pela edificação em alvenaria de matéria-prima local.

Ainda assim, devido à escassez de pessoal qualificado e de confiança do gerente, este requereu que o encarregado da obra e os operários fossem enviados de Lisboa. Em conformidade, cinco trabalhadores especializados e o encarregado, José Pedro Felgueiras, foram contratados pelo banco no início de 1920 (este número aumentou posteriormente com o embarque de mais operários especializados para Bissau). O encarregado de obra foi mais tarde dispensado devido ao avançado estado das obras e ao facto deste, tendo regressado a Lisboa por um breve período, informado que não regressaria à Guiné portuguesa. Para a sua substituição, foram destacados os encarregados dos serviços de carpintaria e de alvenaria para coordenarem o final da construção.

O seguro do edifício, ainda em construção, foi contratado a 28 de dezembro de 1921.

³ Atual Avenida Amílcar Cabral.



Em meados de março de 1922, devido às obras da construção do novo edifício ainda não estarem concluídas, foi conseguido o prorrogamento da data do arrendamento do antigo edifício com a empresa Établissements Salagna, na condição de se deixar de utilizar o 1º andar devido à sua acentuada deterioração.

Tendo esta questão de urgência em consideração, do antigo edifício foi transferido mobiliário, documentação e valores da agência para o novo edifício, a 14 de maio de 1922. Apesar do edifício da Avenida da República ainda não estar concluído, uma vez que faltavam os estuques, as pinturas e a instalação elétrica, foi considerado oportuno a sua mudança devido ao pagamento da renda (representava, na altura, 500 escudos mensais) e à rápida degradação do imóvel arrendado.

A abertura de portas do novo edifício ao público foi efetuada no mês de outubro de 1922.

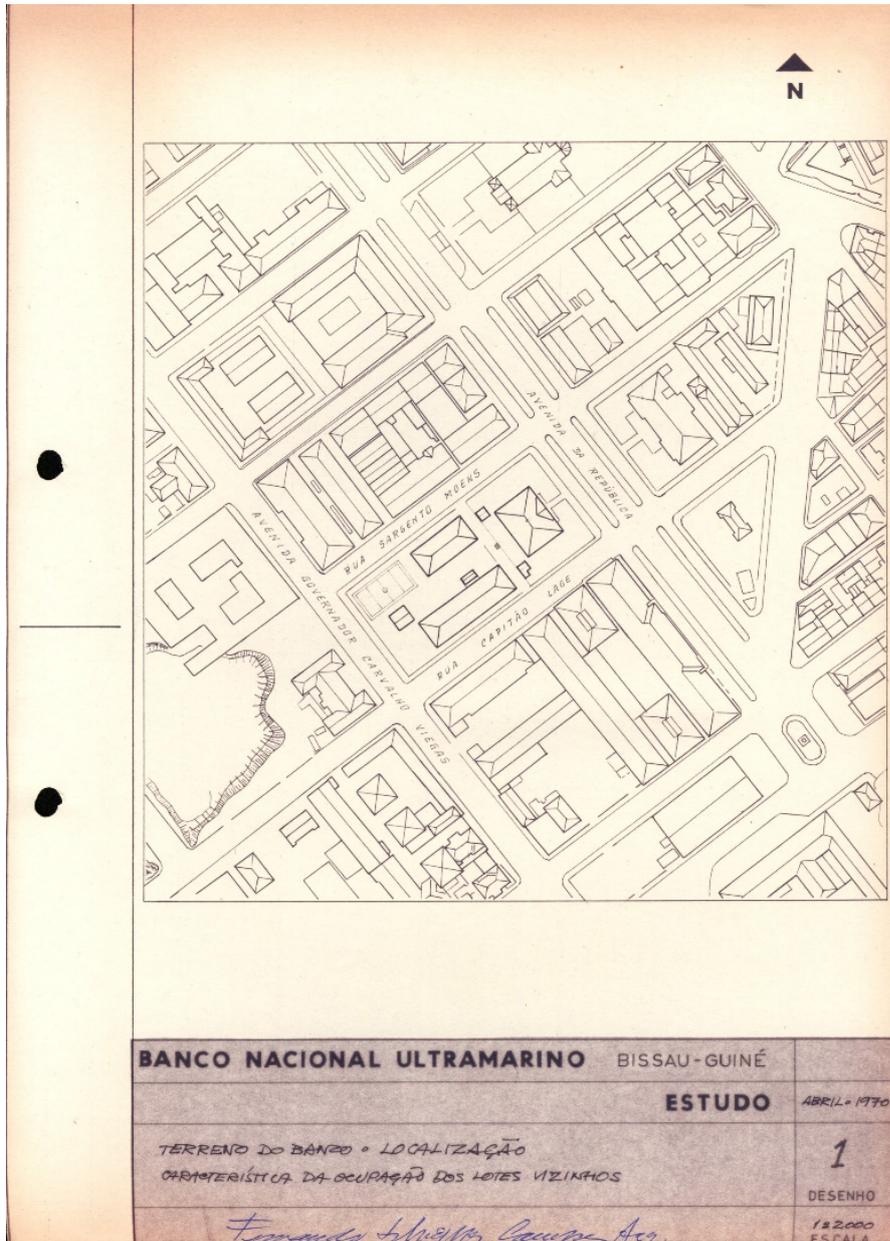
Antes disso, a 11 de março de 1922, foi autorizado pela administração do BNU o erguer dos dois pavilhões os quais ficariam anexos à agência, no mesmo lote. Nos meses de outubro e novembro foi iniciada a sua construção [foto 4]. Esta obra teve como encarregado, Augusto Nunes da Silva, que tinha sido o encarregado da alvenaria na construção do edifício da agência. Um dos pavilhões deveria servir para armazenamento de produtos e para habitação dos funcionários do BNU, as quais ficaram disponíveis para serem ocupadas em setembro de 1924. Os acabamentos dos pavilhões foram concluídos em julho de 1927.



4 – “Pavilhão B” nas traseiras do lote pertença do BNU Bissau, com vista para zona oeste da cidade ainda sem qualquer edificação (c. out 1927)

Este edifício do BNU em Bissau, que foi a principal presença física do banco na Guiné portuguesa, situava-se num quarteirão de 50 x 110 metros na zona central da cidade, próximo da marginal. Este quarteirão retangular era delimitado por quatro arruamentos: Avenida da República (na altura a artéria principal da cidade), Avenida General Carvalho Viegas, Rua Capitão Lage e Rua Sargento Moens⁴.

⁴ Atuais Avenida Amílcar Cabral, Avenida Domingos Ramos, Avenida do 3 de Agosto – desconhece-se o topónimo atual da última rua.



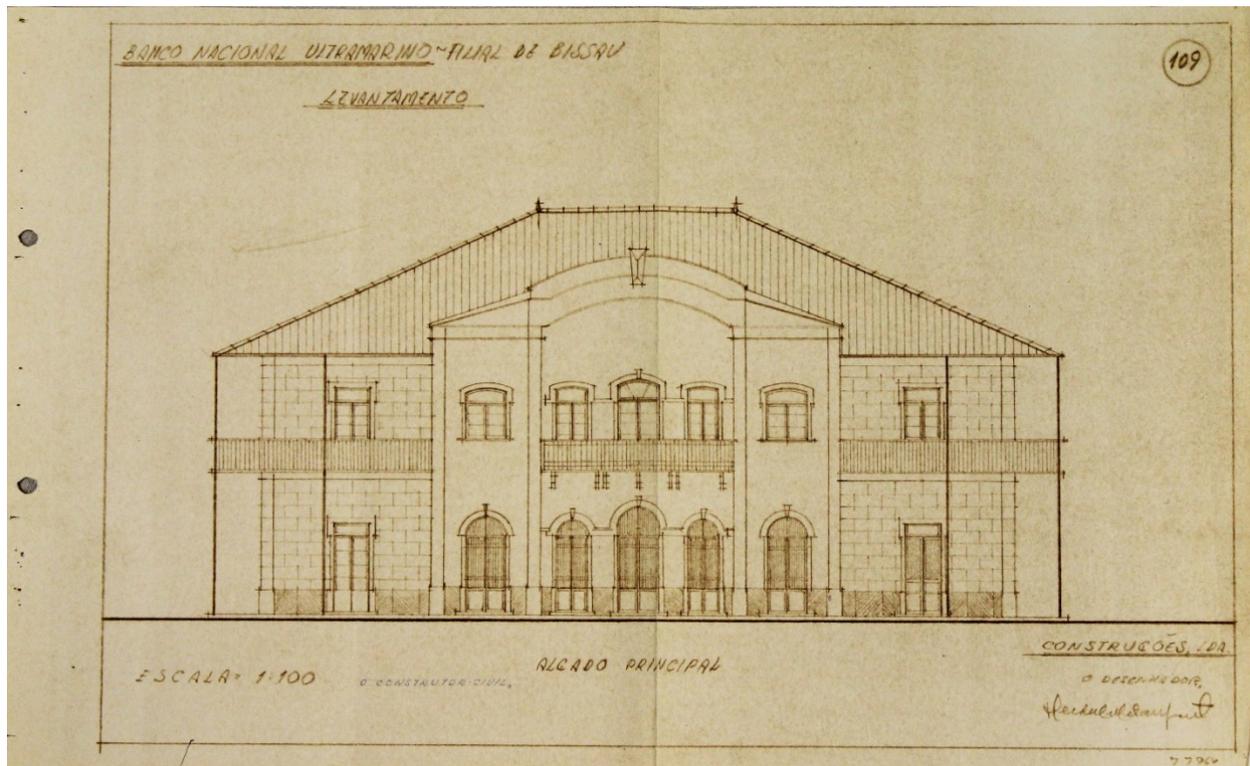
5 – Planta de localização do lote do BNU Bissau (abr 1970)



Este terreno pertencente ao BNU continha três edifícios: a agência do banco (futura filial) e dois pavilhões, designados na altura por “A” e “B”.

O edifício principal era composto por dois andares e ocupava uma área de 362 m².

6 – Vista da entrada principal para filial do BNU Bissau, na Av. da República (c. 1968)

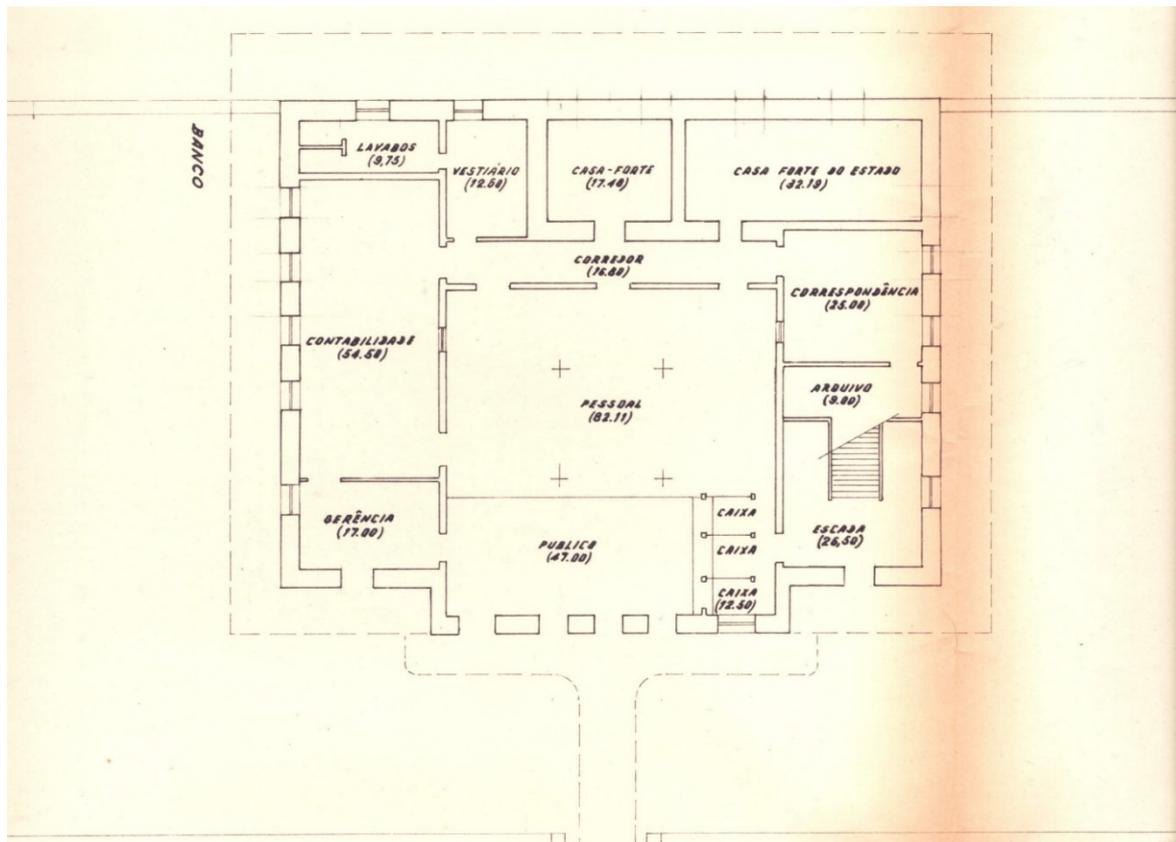


7 – Planta do Alçado principal do edifício da filial do BNU Bissau (07-07-1964)

No andar térreo deste edifício estavam instalados os serviços do banco, cuja entrada principal e de acesso ao público, se fazia pela Avenida da República. Para além do atendimento ao público, distribuído por três guichés, este piso tinha também uma secção de correspondência, de contabilidade [foto 8], o arquivo corrente, a caixa-forte e a caixa do Estado, em secções compartimentadas. O gabinete do gerente também se situava neste piso, tinha ligação à contabilidade e à zona de atendimento ao público. Era neste piso que se situava o vestiário dos funcionários e que através da porta de serviço, ligava com o logradouro nas traseiras do edifício.



8 – Vista do interior do BNU Bissau, secção de contabilidade (c. 1960)



9 – Pormenor da planta do rés-do-chão do edifício da filial do BNU Bissau (abr 1970)

O 1º andar destinava-se à habitação do gerente. O acesso a este piso era feito por uma escada interior de “modelo imperial” e o outro acesso podia ser feito pelo logradouro, utilizando uma escada de ferro em caracol [foto 10]. Este, destinava-se à residência dos gerentes em funções: cinco quartos, em que um deles tinha acesso direto a um dos dois lavabos existentes no piso, uma cozinha com copa, uma sala de jantar e um salão destinado às receções que o gerente tinha de efetuar para receber dignatários e outras figuras ilustres. O 1º andar era rodeado por um alpendre contínuo, coberto pelo beiral do telhado, interrompido no corpo saliente da fachada principal. Este corpo saliente, por sua vez, tinha uma varanda independente que servia as três janelas centrais que davam para o salão [foto 11].



O “pavilhão A” era constituído por um piso térreo e uma cave. O piso térreo servia de habitação a funcionários e a cave albergava o arquivo intermédio do banco. Como o piso térreo era algo elevado em relação ao pavimento, este tinha acesso através de quatro escadas retas: duas no alçado principal e as restantes em ambas as laterais.

O “pavilhão B” tinha também o rés-do-chão a servir de habitação⁵ e albergava o posto médico dos funcionários do banco. Na cave localizava-se o centro de convívio, com sala de estar e de jogos e bar, e a arrecadação. Pelos mesmos motivos do “pavilhão A”, este tinha três escadas de acesso ao andar térreo.



12 – Vista do logradouro nas traseiras do edifício da filial do BNU Bissau. “Pavilhão A” à direita e “pavilhão B” à esquerda (c. 1968)

Este terreno continha também um campo de jogos nas traseiras, uma edificação que funcionava como garagem, dois pequenos armazéns e uma pequena construção, ligada ao “pavilhão B”, que servia de lavadouro e de cozinha para serventia dos funcionários residentes.

Em dezembro de 1927, devido à deterioração do material em madeira, que tinha sido infetado pela formiga-branca (vulgo térmita⁶), o edifício da agência teve de ser submetido a obras de reparação coordenadas novamente pelo empreiteiro Augusto Nunes.

Em outubro de 1931, Armando Arthur Teixeira Machado assumiu a gerência-geral na Guiné e começou a exercê-la a partir de Bissau. Simultaneamente, o guarda-livros, Aníbal Medina, assumiu interinamente a gerência da agência de Bissau. A partir dessa data, a filial de Bolama, fruto da forte diminuição do seu volume de negócios, ficou totalmente subordinada à gerência-geral.

Nesta década, a importância da cidade de Bissau tinha suplantado a de Bolama, que se mantinha somente com relevância ao nível da administração colonial. Em termos logísticos, a cidade de Bissau era o principal porto para escoar os produtos da colónia. A título de exemplo, em novembro de 1931, a cidade transformou-se no terminal e ponto de partida para as então criadas carreiras regulares de autocarros que transportavam passageiros, malas de correio e outras cargas para as diversas localidades da Guiné portuguesa. Outro facto a atestar essa transferência de importância foi a

⁵ Em memória descrita do terreno do BNU Bissau, datada de abril de 1970, os funcionários do banco nos pavilhões estavam distribuídos de seguinte forma: o “A” estava ocupado por dois casais; o “B” por sete a oito solteiros e um casal. (AHCGD, refª BNU/03GP/1GIM/1/2/3-2 Vol. XLIV)

⁶ Um inseto que era considerado uma praga urbana na Guiné-Bissau e onde localmente era denominada de “baga-baga”.



passagem da sede da comarca judicial da colónia de Bolama para Bissau, a 22 de setembro de 1933. A passagem definitiva deu-se com o outorgar, por portaria ministerial a 19 de dezembro de 1941, fixando a capital colonial da Guiné portuguesa, em Bissau. A translação dos serviços da administração colonial e das repartições estatais foram realizadas no decorrer desse ano.

Com a mudança da capital, a administração do BNU determinou em Conselho, em sessão de 12 de maio de 1942, a extinção da filial em Bolama e, por consequência, a promoção da dependência de Bissau ao título de filial. Como passou a existir somente uma dependência do BNU na Guiné portuguesa, deixou também de existir a denominação de gerência-geral. Assim sendo, e em resultado do contínuo decréscimo da economia em Bolama, que votou a filial do BNU dessa cidade a um quase inexistente volume de negócios, esta dependência encerrou oficialmente a 1 de julho de 1942.

Num sentido inverso, o período do pós-guerra e até finais da década de 1960, foram anos de relativa expansão económica e de aumentos nas exportações para a cidade de Bissau. Uma consequência desse aumento nas transações foi a

necessidade de mais meios de troca. O BNU, como banco emissor, colmatou essa necessidade através do lançamento em circulação de sucessivas emissões de notas Teixeira Pinto, assim denominadas pois ostentavam a efígie desta figura influente na história colonial da Guiné portuguesa [foto 13].



13 – Nota de 100 escudos da emissão Teixeira Pinto do BNU Guiné de 1964

No entanto, a balança comercial desta colónia continuava deficitária face às importações e recebimentos de fundos que obtinha do governo central. Esta situação agravou-se com o intensificar da guerra com o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), em 1961 e com o consequente aumento da transferência de fundos para a colónia, em resultado do aumento da permanência das forças militares portuguesas na Guiné.

Apesar da Guerra na Guiné Bissau, em 1970, os registos indicavam que existiam 49 funcionários no quadro de pessoal da filial do BNU em Bissau.

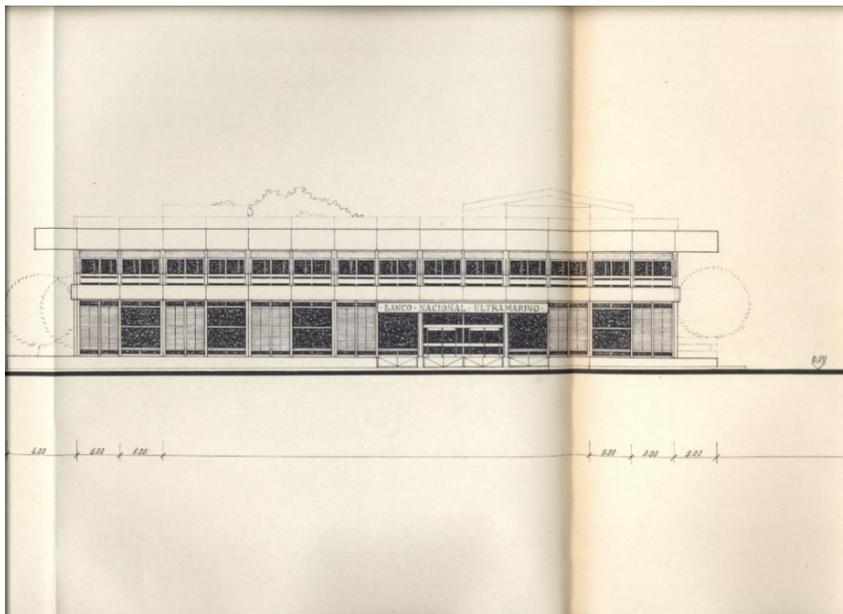
A filial do BNU em Bissau, devido ao seu volume de negócios e ao aumento da população da cidade, começava a revelar que as suas instalações eram inadequadas: a sua sala de atendimento ao público tornava-se bastante exígua para as necessidades da época [foto 15]. Para além deste facto, os recursos humanos apresentavam-se insuficientes.



14 – Edifício do BNU Bissau no cruzamento da Av. da República e R. Capitão Lage (c. 1968)



15 – Vista do interior do BNU Bissau, zona de atendimento ao público (c. 1968)



16 – Pormenor da planta do projeto para Alçado principal para a Av. da República, do edifício da filial do BNU Bissau (mar 1973)

Em 1971 foi solicitado ao arquiteto Fernando Schiappa de Campos, um estudo para a ampliação das instalações do BNU em Bissau. Este apresentou o seu parecer e projeto de melhoria, em abril desse ano, que previa a ampliação do então edifício do banco [foto 16]. Para além disso, iriam ser construídos no espaço do “pavilhão A”, três novos edifícios que funcionariam, separadamente, como residência do gerente, habitações para funcionários e centro de convívio. O “pavilhão B” deveria funcionar como instalações provisórias da filial enquanto decorressem as obras referidas para, no final, de acordo com o estudo do conjunto do terreno, se demolir para dar lugar a um jardim interior. Este projeto previa também a construção de um campo de jogos polivalente.



No entanto, este projeto não prosseguiu devido ao intensificar da guerra entre as forças armadas portuguesas e os combatentes do PAIGC. Com o advento da independência do país, este projeto foi definitivamente arquivado.

A Guiné-Bissau declarou unilateralmente a sua independência a 24 de setembro de 1973. Esta foi reconhecida por Portugal após a “Revolução de Abril”, no dia 10 de setembro de 1974.

A independência implicou o fim da presença do BNU e das suas emissões neste novo país. Nesse sentido, foi celebrado um acordo a 21 de junho de 1976, entre os governos de Portugal e da Guiné-Bissau, para a transferência das posições do departamento do BNU nesta colónia para o novo banco central desse país. Este tinha adotado a nomenclatura de Banco Nacional da Guiné-Bissau e tinha sido fundado a 20 de fevereiro de 1975. A transferência dos ativos e dos passivos teve efeito a 28 de fevereiro de 1976.

Nuno Fernandes Carvalho

Gabinete de Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos

Outubro de 2015